



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Ficha de unidade curricular

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

Unidade curricular

Direito Constitucional e Administrativo do Ambiente

Tema: **Os princípios constitucionais e administrativos de direito do ambiente no contexto das alterações climáticas**

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Helóisa Duarte de Oliveira (2 horas/semana)

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Os princípios de direito do ambiente – desenvolvimento sustentável, solidariedade intergeracional, prevenção, precaução, poluidor-pagador, participação – têm tido um papel essencial no desenvolvimento do direito do ambiente. Estes princípios têm assumido funções de sistematização numa área marcada pela fragmentação e constante evolução, permitindo dar resposta a problemas complexos e novos, atendendo à sua genericidade, e identificar incoerências estruturais. Estes princípios são estruturantes no direito constitucional e administrativo do ambiente e essenciais à tomada de decisão pela administração e pelos tribunais, que progressivamente os utilizam como parâmetro normativo para aferir da constitucionalidade e da legalidade da ação dos poderes públicos.

A temática das alterações climáticas é particularmente útil enquanto estudo de caso nesta matéria, atendendo à relação de interdependência entre direitos fundamentais e o equilíbrio ambiental e à sua transversalidade no direito administrativo do ambiente (biodiversidade, água, ar, solo). Conforme demonstram várias decisões jurisprudenciais em matéria de alterações climáticas, o cumprimento dos deveres do Estado em termos de mitigação e adaptação às alterações climáticas é escrutinado com base, entre outros, nos princípios de direito do ambiente relevantes para a proteção de direitos fundamentais e para a correta avaliação de impactos ambientais pela administração. A natureza global, difusa e temporalmente distendida das alterações climáticas coloca novas questões ao direito constitucional e ao direito administrativo, como a consideração pela administração de impactos futuros em aplicação do princípio da proporcionalidade e a extraterritorialidade dos direitos fundamentais, recolocando o princípio da separação de poderes no centro do debate, numa matéria técnica e politicamente complexa.

Pretende-se com esta disciplina que os alunos fiquem aptos à identificação dos princípios jurídicos relevantes que servem de parâmetro de controlo da constitucionalidade e da legalidade da ação dos poderes públicos e à compreensão das questões que se colocam na sua aplicação. Uma vez que será utilizada a temática das alterações climáticas como base para essa compreensão, pretende-se também que os alunos conheçam as questões de direito constitucional e de direito administrativo discutidas nas decisões jurisprudenciais de tribunais superiores relativas a litigância climática.

Através dos métodos a implementar, os alunos deverão desenvolver também competências ao nível da pesquisa de fontes de informação jurídica, métodos de investigação em ciência jurídica, trabalho colaborativo, compreensão crítica e procura de soluções jurídicas no direito vigente para resolução de problemas, assim como de competências lógico-argumentativas na expressão crítica e oral.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Conteúdos programáticos

- 1. Direito do ambiente: objeto, estrutura e características**
- 2. Os princípios constitucionais e administrativos de direito do ambiente. As suas funções.**
 - 2.1. Princípio da solidariedade intergeracional
 - 2.2. Princípio do desenvolvimento sustentável
 - 2.3. Princípio da integração
 - 2.4. Princípios da prevenção e da precaução
 - 2.5. Princípios do poluidor-pagador e do utilizador-pagador
 - 2.6. Princípio da reparação
 - 2.7. Princípio da participação (procedimental, acesso à informação e acesso à justiça)
- 3. O enquadramento constitucional e administrativo das alterações climáticas**
 - 2.1. Direitos fundamentais: garantia do mínimo; dever de proteção; proporcionalidade, separação de poderes; gerações futuras; extraterritorialidade
 - 2.2. Deveres do Estado de proteção ambiental: o ambiente enquanto bem jurídico-constitucional
 - 2.3. Leis do clima: parâmetros normativos das políticas públicas ambientais
 - 2.4. Avaliação de impacto ambiental: ponderação de efeitos futuros e de efeitos à distância
- 4. A litigância climática**
 - 4.1. O caso *Bundes-Klimaschutzgesetz* (Alemanha, 2021)
 - 4.2. O caso *L’Affaire du Siècle* (França, 2021)
 - 4.3. O caso *Climate Ireland* (Irlanda, 2020)
 - 4.4. O caso *Heathrow Airport* (Reino Unido, 2020)
 - 4.5. O caso *Urgenda* (Países Baixos, 2019)
 - 4.6. O caso *Rocky Hills* (Austrália, 2019)
 - 4.7. O caso *Asghar Leghari* (Paquistão, 2015)
 - 4.8. O caso *Klimaatzaak* (Bélgica, 2015)

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos abordam e aprofundam o tema dos princípios de direito do ambiente no contexto das alterações climáticas nas suas dimensões teóricas e práticas, incluindo uma análise conceptual preliminar, o estudo dos princípios constitucionais e administrativos de direito do ambiente e do enquadramento jurídico das alterações climáticas, utilizando como casos de estudo acórdãos relevantes de tribunais superiores sobre o este tema.

A perspetiva adotada permite compreender em profundidade a interseção entre os diferentes temas tratados, permitindo obter um conhecimento compreensivo do ordenamento jurídico nesta matéria e a problematização de áreas de incerteza. Em articulação com os métodos de ensino utilizados, o trabalho colaborativo e a discussão em formato de seminário, com a apresentação oral e escrita de um projeto de investigação e do resultado dessa investigação, permitirão desenvolver competências de investigação e competências lógico-argumentativas na



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

expressão escrita e oral.

Métodos de ensino (avaliação incluída)

As aulas assentarão num modelo de aulas invertidas: serão indicadas as leituras a efetuar antes de cada aula, desenvolvendo-se o trabalho de análise crítica das questões em conjunto na aula, entre alunos e com mediação pelo professor, através do recurso a métodos de resolução de problemas e estudo de caso para as matérias relativas ao direito vigente, e discussão conceptual e argumentativa para as matérias teóricas. No final de cada aula, será feita pelo professor a sistematização conclusiva das leituras e dos trabalhos desenvolvidos.

Cada aluno aprofundará um tema à sua escolha para efeitos de elaboração de um trabalho de investigação, que deverá ser desenvolvido ao longo do semestre, com acompanhamento pelo docente. No final do primeiro semestre deve ser apresentado, oralmente e por escrito, um projeto de investigação; e no segundo semestre deverá ser apresentado, oralmente e por escrito, o trabalho de investigação realizado.

A avaliação assenta nos seguintes elementos:

- Participação nas aulas (20%);
- Trabalho de investigação sobre tema do programa (80%).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

O método de ensino é focado no desenvolvimento ativo das competências de investigação do aluno, no trabalho conjunto na aula com colegas e o professor, com trabalho prévio individual de investigação. O método permite a individualização na relação entre professor e aluno e o acompanhamento constante da evolução, bem como a flexibilização em torno das temáticas preferenciais (sendo livre, ainda que sob orientação, a escolha do tema do trabalho). O trabalho colaborativo que se propõe é, comprovadamente, o mais apto à construção consolidada do conhecimento pelo aluno e ao desenvolvimento de competências gerais de compreensão de temas, resolução de problemas e análise crítica, e de capacidades lógico-argumentativas.

A apresentação prévia do projeto permitirá seguir o desenvolvimento de competências de investigação, dando o *feedback* necessário a uma aprendizagem progressiva e acompanhada em direção a uma progressiva autonomização.

Bibliografia principal

- Amado Gomes C, *Risco e modificação do acto autorizativo concretizador de deveres de protecção do ambiente* (Coimbra Editora 2007)
- Amado Gomes C, Lanceiro RT e Oliveira H, 'O objeto e a evolução do direito do ambiente' in Amado Gomes, Carla e Heloísa Oliveira (eds), *Tratado de Direito do Ambiente*, vol I (CIDP - Centro de Investigação de Direito Público; ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas 2021)
http://www.icjp.pt/sites/default/files/tratado_de_direito_do_ambiente_cidp-2021.pdf?56
- Benjamin AH, 'Constitucionalização do ambiente e ecologização da Constituição Brasileira' in JJ Gomes Canotilho e José Rubens Morato Leite (eds), *Direito Constitucional Ambiental Brasileiro* (Saraiva 2007)
- Burgers L, 'Should judges make climate change law?' (2020) 9 *Transnational Environmental Law* 55
- Canas V, *O princípio da proibição do excesso na conformação e no controlo de atos legislativos* (Almedina 2017)
- de Sadeleer N, *Environmental principles: from political slogans to legal rules* (Oxford University Press 2002)
- Dias Garcia M da G e Matias G, 'Anotação ao artigo 66.º' in Jorge Miranda e Rui Medeiros (eds), *Constituição*



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Portuguesa anotada, Tomo I (2.^a ed., Coimbra Editora 2010)

- Fensterseifer T, *Direitos fundamentais e proteção do ambiente. a dimensão ecológica da dignidade humana no marco jurídico-constitucional do Estado socioambiental de Direito* (Livraria do Advogado 2008)
- Gomes Canotilho JJ e Moreira V, *Constituição Da República Portuguesa anotada*. Vol. I (4.^a ed., Coimbra Editora 2014)
- Krämer L and Orlando E, *Principles of environmental law*, vol VI (Edward Elgar Publishing 2018)
- Oliveira H, 'Princípios de direito do ambiente' in Carla Amado Gomes e Heloísa Oliveira (eds), *Tratado de Direito do Ambiente*, vol I (CIDP - Centro de Investigação de Direito Público; ICJP - Instituto de Ciências Jurídico-Políticas 2021) http://www.icjp.pt/sites/default/files/tratado_de_direito_do_ambiente_cidp-2021.pdf?56
- Pereira da Silva J, *Direitos Fundamentais. Teoria Geral* (Universidade Católica Editora 2018)
- Reis Novais J, *Direitos fundamentais e justiça constitucional em Estado de Direito democrático* (AAF DL 2017)
- Scotford E, *Environmental principles and the evolution of environmental law* (Hart Publishing 2017)
- Silva JP da e Ribeiro G de A (eds), *Justiça entre gerações: perspectivas interdisciplinares* (Fundação Francisco Manuel dos Santos 2017) <https://www.ffms.pt/publicacoes/detalhe/2365/justica-entre-geracoes-perspectivas-interdisciplinares>
- Verschuuren J, 'The State of the Netherlands v Urgenda Foundation: The Hague Court of Appeal Upholds Judgment Requiring the Netherlands to Further Reduce Its Greenhouse Gas Emissions' (2019) 28 *Review of European, Comparative & International Environmental Law* 94
- Wewerinke-Singh M e McCoach A, 'The State of the Netherlands v Urgenda Foundation: distilling best practice and lessons learnt for future rights-based climate litigation' (2021) *Review of European, Comparative & International Environmental Law* <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/reel.12388>